

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.580 - SP (2018/0325030-2)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **MAC AUSTRALIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**
AGRAVANTE : **MAC CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI**
ADVOGADOS : **JÚLIO NICOLAU FILHO E OUTRO(S) - SP105694**
JOSÉ VICENTE AMARAL FILHO - SP098489
BRUNO STEFANO DE OLIVEIRA CANHETE - SP310997
AGRAVADO : **ROBERTO BORGES PAIVA**
AGRAVADO : **ANA MARIA ROCHA CONTE PAIVA**
ADVOGADOS : **ALFREDO MAURIZIO PASANISI - SP154846**
LUIS FERNANDO TEIXEIRA DE ANDRADE - SP242626
RODRIGO KARPAT E OUTRO(S) - SP211136

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MAC AUSTRÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e MAC CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nos seguintes fundamentos: i) ausência de demonstração de vulneração dos dispositivos arrolados (Súmula 284/STF) e, ii) não configuração do dissídio em razão da falta de similitude fática entre os acórdãos paradigmas.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do seguinte óbice: não configuração do dissídio em razão da falta de similitude fática entre os acórdãos paradigmas.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ fls. 160) para 12%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

